

ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público aqui presente que prestigia o Parlamento nesta manhã, hoje quero fazer algumas considerações.

Na semana que passou, fiz um pronunciamento bastante pesado sobre a questão do Morro dos Cavalos, sobre essa vergonha da quarta pista que, novamente a Funai, e, parece-me, junto com a procuradoria da República Federal, está fazendo uma ação para trancar.

Mas, felizmente, a partir de segunda-feira estará aberto. E nós prometemos aqui desta tribuna que levaríamos o Parlamento para lá em cima de uma carreta. E dá para montar o nosso Parlamento em cima de uma carreta, atravessadinho na pista, porque isto é Brasil! Quando as coisas não andam, temos que achar meios de fazer com que andem!

Mas não será preciso! Parece-me que está tudo resolvido, vamos ter a quarta pista e diminuir as mortes, os acidentes e o sofrimento, causado pelas filas, não somente aos usuários da BR-101, mas também aos visitantes dos países vizinhos que ficam horas naquela fila sem limite.

O Tribunal de Contas da União esteve num seminário aqui em Florianópolis, na semana passada, e foi fazer uma visita ao sul do estado, à BR-101, e saiu criticando, com muita razão, a falta de planejamento deste país. Se havia contrato com a empresa espanhola para cobrar o pedágio, ela tinha que fazer o retorno, o anel viário de Palhoça a Biguaçu. O prazo terminou em 2012, nós estamos em 2014, e nem sequer começou. Assim, podemos ver que o nosso planejamento está muito mal.

Como é que vamos fazer uma obra como a BR-101, e só agora, passados dez anos, pensar em fazer o túnel do Morro dos Cavalos? Será que não sabiam que tinha que sair um túnel do Morro dos Cavalos? Será que não sabiam que nesta obra precisava a Ponte de Cabeçadas? Mesmo considerando uma linda obra, a Ponte de Cabeçadas, o presidente da União disse que não admitia a falta de planejamento, porque daqui a dez anos essa ponte não vai servir para nada novamente. Vão precisar fazer outra ponte para dar vazão ao tráfego.

Então, não se planeja com vistas ao futuro, é tudo feito na hora. E disserem que está indo rápido! Sim. Está indo rápido, temos que admitir.

No Morro do Formigão, trabalharam, furaram, mas onde está a outra ponte de Tubarão? Agora o Morro do Formigão está quase pronto e não tem a ponte.

Meu Deus do Céu! Não dá para admitir que estejamos vivendo no século XXI e ainda engatinhando. Ou, exemplificando, como as crianças, estamos andando, ainda, de perna de pau.

É preciso, sim, algumas medidas importantes, é preciso planejamento. Tudo aquilo que tem que ser feito, tem que sair no conjunto, não pode ser individual. Será que é para fazer uma nova licitação ou é um jogo? Não se sabe! Agora, o que não pode é a população pagar o preço.

Por exemplo, são 29 anos de luta na BR-285. Eu não tenho mais cabelo de tanto olhar para aquela BR. E quanto à Serra da Rocinha, a ministra Ideli Salvatti, num trabalho gigante, conseguiu que o DNIT licitasse a obra, trouxeram, inclusive, a ordem de serviço. Onde está a obra? Onde estão as máquinas? Onde estão as empresas?

É por isso que foi criado o Fórum Parlamentar para acompanhar, para saber onde é que está isso, mas não tem nada lá. Eu entreguei a ordem de serviço e uma das empresas é do sul de Santa Catarina, uma empresa muito bem organizada, a Setep. São três empresas, mas, infelizmente, a obra está capengando.

Na Serra do Faxinal, em Praia Grande, a cidade dos canyons, em Itaimbezinho, a maior beleza natural do mundo, onde fica, meu caro presidente, uma das maiores belezas naturais do mundo - quem não conhece vai lá e vê que no mundo não há beleza natural mais linda do que Itaimbezinho - a obra iniciou, fizeram uma parte, e uma procurador a entrou com uma ação e a ação das pererecas trancou a obra por quatro anos. Agora, saiu a licença e o valor da obra aumentou em R\$ 27 milhões. Quem vai pagar os R\$ 27 milhões? É o povo brasileiro pagando o preço? Será que esse Brasil sempre terá dinheiro para estar bancando as irresponsabilidades?

Não podia fazer e ela trancou, mas como é que agora pode? A obra já foi licitada, ganharam duas

empresas, uma brasileira e uma portuguesa, porque a obra é internacional, é uma obra do BID, mas agora vai sair, pois é fundamental para a região. Vai ligar Canela, Gramado, Caxias do Sul e levará em torno de uma hora meia para chegar a Araranguá. Isso é bom para subir, muito melhor para descer para os nossos balneários.

A mesma coisa Timbé, que vai ligar São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja e Argentina. Quem estiver em Timbé para ir para São Miguel d'Oeste, Chapecó, verá que será muito melhor subir a serra quando ela estiver pronta, porque hoje é só pedra e buraco.

Então, é preciso haver um melhor planejamento em tudo, não se pode pensar apenas num mandato, é preciso planejar o futuro deste estado, o futuro deste país e dos municípios.

Nós não temos mais poder aquisitivo para ficar bancando a incompetência e a irresponsabilidade que está acontecendo a cada momento. Eu acho que as obras que se realizam acabam saindo muito caras aqui no Brasil porque a lentidão toma conta. Viajamos pela Europa inteira, estive também na China, lá as obras têm começo, meio e fim. Se a obra custa R\$ 90 milhões, é R\$ 90 milhões e não R\$ 91 milhões.

Nós aqui temos o chamado aditivo e as empresas iniciam a obra por um valor e vão pedindo aditivos. Então, é preciso, sim, algumas medidas duras e radicais, mas que beneficiem a sociedade. Quem paga a conta é o povo quando compra Coca-Cola, quando compra um litro de whisky, quando compra um quilo de arroz, tudo está embutido no preço. A sociedade paga os impostos e aí paga a conta de tudo aquilo que vai a mais neste país.

Por isso, é preciso uma reflexão muito profunda, é preciso a unidade do sul. Temos aqui 20% do Parlamento e nunca tivemos uma unidade buscando solução para o sul. Agora, com essa unidade, começamos a crescer.

Nós temos hoje o porto de Imbituba e o aeroporto de Jaguaruna inaugurados. O Porto de Imbituba está praticamente concluído, são 380m

para poderem atracar os navio. Nós temos a BR-101, que se arrasta, mas também está quase concluída.

Então, nós vamos crescer fruto da unidade deste Parlamento. Nós somos 20% trabalhando com objetivo de desenvolver a região. Não interessa de quem é a obra, se é de "A" ou de "B", dores partidárias morrem lá no sul. Na hora das eleições, cada um vai buscar o seu partido, mas fora disso é um trabalho pela região sul do estado.

Não interessa se tem um mandato, dois, três, quatro, cinco ou seis, interessa é estarmos juntos buscando soluções para viabilizarmos o sul do estado. Mas, com muita honra, peço licença ao deputado Kennedy Nunes para dar um aparte a uma deputada do sul.

Com a palavra, a sra. deputada Ada Faraco De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Deputado Manoel Mota, vim aqui fazer este pequeno aparte para cumprimentá-lo pela sua simplicidade, sem termos tecnológicos, sem termos, digamos, dentro de engenharia, falou tão bem das nossas dificuldades em termos de gestão. Realmente gestão quer dizer planejamento e temo-nos decepcionado muito com esses grandes gestores das obras que estão fazendo por nosso estado afora, em termos de atraso e falta de planejamento.

Parabéns pelo seu discurso que foi sucinto, simples, objetivo e sem esse linguajar tecnológico, que nas nossas bases as pessoas entendem tão bem. Porque algumas vezes eles nos perguntam: o que quis dizer o deputado quando falou aquilo? E aí não sabemos nem o que foi.

Então, parabéns, e faço das suas palavras as minhas palavras.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento, com muita honra. Quero dizer que estamos vivendo um momento importante no sul, mas o governo deve uma obra aos catarinenses e essa obra tem nome: Interpraias.

O eminente ex-governador, hoje, senador, colocou R\$ 43.000.000.000,00 nessa obra que vai de Laguna ao Camacho. Quem quiser conhecer essa beleza lá no Camacho vai ao restaurante dos Lagos para ver a criação de tainha, que pesam entre 1,5 a 2kg. Coisa muita linda!

Então, a primeira etapa está pronta. A segunda etapa, o governador Raimundo Colombo assumiu, ao vivo e em cores comigo, de Passo de Torres a Balneário Gaivota. Ainda não saiu do papel, mas é um compromisso, e vamos trabalhar muito, sim, nesse sentido. Essa obra vai desafogar a BR-101, vai mostrar um potencial do sul muito forte na área do turismo, toda a sociedade vai ganhar com esses investimentos que vêm do Rio Grande do Sul para Santa Catarina.

Quero convidar todo o Parlamento para se integrar numa obra chamada Interpraias porque ela é fundamental.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, colegas e todos que acompanham esta sessão.

No horário do PSDB, autorizado pelo meu líder, deputado Dóia Guglielmi, e também pelo deputado Nilson Gonçalves, primeiramente, quero fazer coro às palavras dos deputados Manoel Mota e Eni Voltolini, v.exa. foi muito feliz nas suas colocações sobre o Custo/Brasil, sobre as obras inacabadas, paralisadas pelo próprio setor público. Tanto tempo por questões ambientais, deputado!

Temos o caso específico da rodovia que v.exa. colocou aqui, que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, que encurtaria muito a distância, principalmente, turística entre o sul de Santa

Catarina e a região da serra gaúcha, no Rio Grande do Sul. Depois de tantos anos parada temos a liberação, mas o custo já aumentou, como tantas outras obras paralisadas pela própria burocracia. Em qualquer país desenvolvido do mundo a obra pública tem preferência sob qualquer outro aspecto, privado e outras questões, e aqui no Brasil, infelizmente, deparamo-nos com essa situação.

Deputado Manoel Mota, parabéns pelo seu pronunciamento! E v.exa., deputada Ada Faraco De Luca, foi muito feliz na sua colocação, porque o deputado Manoel Mota fala com o coração, com o dever de uma grande parlamentar e, por isso, que nós o admiramos muito nesta Casa nos seus seis mandatos.

Mas queria abordar, neste momento, mais uma vez, a questão do Orçamento Regionalizado, sobre o qual a comissão de Tributação e Finanças definiu algumas itens importantes.

O primeiro deles diz respeito ao cronograma, que já está pronto. Serão 13 audiências públicas. Haverá uma concentração de audiências públicas em função do calendário eleitoral e da Copa do Mundo e, com certeza, haverá dificuldade de mobilização, de movimentação nas reuniões importantes, a exemplo da que trata do Orçamento de 2015.

Por isso, a comissão diminuiu o número de audiências públicas, sendo 13 para este ano. Iremos iniciar em Rio do Sul abrangendo todas as regionais de Ibirama, Ituporanga e Taió, no dia 15 de maio, quinta-feira, às 9h, e, no mesmo dia, às 19h, as SDR de Blumenau e Timbó; no dia 16, sexta-feira, às 9h, estaremos em Joinville, na SDR de Jaraguá do Sul, com todos os municípios que compõem aquela região; também na sexta-feira, às 16h, estaremos em Itajaí, na SDR de Brusque.

Na sequência, dia 22, quinta-feira, à 9h, estaremos no sul do estado. A reunião será em Criciúma, abrangendo a regional de Araranguá. No mesmo dia, às 19h, em Tubarão, abrangendo as SDR de Braço do Norte e Laguna; e no dia 26 de maio, segunda-feira, às 14h, a reunião da SDR da Grande Florianópolis, será em São José.

Na semana seguinte não haverá audiências. Na outra semana aí, sim, vamos fazer o roteiro do grande oeste de Santa Catarina que serão as reuniões complementares. As decisões importantes serão tomadas para que as nossas audiências públicas tenham praticidade e, acima de tudo, um resultado objetivo, pois temos que definir, ainda, as emendas para a LDO e LOA, 2015, de forma regional.

Mas o mais importante é termos nas audiências públicas a companhia do Poder Executivo por meio da secretaria da Fazenda, da coordenadoria do Orçamento, que irá prestar contas a todas as emendas aprovadas nesses últimos quatro anos em que fase elas se encontram. Todos nós aprovamos em Plenário, por unanimidade, as inclusões das emendas vindas das audiências públicas dentro do orçamento, dentro PPA, dentro da LDO.

Portanto, fizemos o nosso papel parlamentar incluindo aquele nosso compromisso do Orçamento Regionalizado, e claro que a execução como sempre cabe ao Executivo e que algumas dessas ações já estão desenvolvidas, prontas, outras estão em fase de execução e outras não iniciaram ainda.

Assim, nas nossas audiências públicas a secretária da Fazenda irá prestar contas. Acho que isso é um fato novo das audiências públicas, quando teremos a participação definitiva e importante do Poder Executivo com o objetivo de prestar contas à sociedade.

Outro ponto importante que incidimos em nome da comissão, pois havia uma dúvida, deputado Neodi Saretta, é que como ampliamos o número de audiências públicas no ano passado para que permitíssemos a continuidade das ações em Plenário, na Casa, houvesse um trabalho conjunto: audiências públicas e Plenário deliberando. E a decisão da comissão foi de que este ano, e a lei prevê isso, solicitamos, e aqui já foi aprovado, que haja suspensão do trabalho de plenário para que os deputados possam comparecer nas audiências públicas.

Deputado Sargento Amauri Soares, no ano passado, fizemos essa experiência e tivemos uma

boa participação parlamentar em todas as audiências públicas, mas muitos foram cobrados. Havia votação em Plenário e o deputado não estava aqui votando uma matéria importante, e outro sendo cobrado na própria região porque o deputado não estava na audiência pública.

Então, para conciliar o funcionamento do Plenário e também as audiências públicas, decidimos, por unanimidade, solicitar a suspensão dos trabalhos em plenário para que os deputados possam participar, não apenas na sua região, mas de forma geral, global das audiências públicas.

Essas são as principais deliberações tomadas pela comissão, inclusive, o presidente, em exercício, da Casa, deputado Joares Ponticelli, foi informado. O cronograma já foi aprovado em Plenário e também a solicitação da suspensão dos trabalhos.

Então, a partir do próximo dia 15, iniciaremos esse roteiro mais uma vez. E volto a frisar os avanços que tivemos ao longo desses anos. Essa ideia nasceu aqui no Parlamento e somos o único estado que possui essa ferramenta de audiências públicas para discussão. Temos que mudar, e a proposta para o ano que vem é de não mais deliberarmos sobre emendas abrangentes, mas, sim, levarmos para cada região um valor fixo para emendas, pois aí a região define esses valores, porque como não havia critério de valores, algumas regiões optaram por uma obra de infraestrutura, e a grande maioria, mais de 50% são obras de infraestrutura, de recuperação de rodovias, contorno, nova rodovia, e exigem recursos altos e que muitas vezes levam tempo para serem executados e às vezes não faziam nem parte da programação do governo.

Por isso, não conseguíamos atender às demandas como era o desejo e à necessidade de todos, mas como fixamos um valor para cada regional, temos certeza de que vamos avançar ainda mais dentro desse processo democrático, transparente, que é o Orçamento Regionalizado, que defendo aqui como deputado desde 2007. Quando essa emenda constitucional foi aprovada, sempre a apoiei por

entender ser um instrumento extremamente democrático e transparente que oportuniza o desenvolvimento regional em nosso estado, que é o desejo de todos nós deputados, pois temos que defender nossas regiões. E nada mais democrático do que fazer um orçamento debatendo em audiências públicas onde há a participação dos que detém mandatos e da sociedade civil contribuindo para o que é prioridade da região.

Dito isso, quero agradecer aos meus pares da comissão de Finanças e Tributação que contribuíram para que esse modelo pudesse ser aprovado por unanimidade, colocando em prática, o que é a nossa missão como presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, estou aqui representando a nossa bancada nesta tribuna, nesta manhã. Tenho-me preparado para falar sobre o dia 1º de Maio, mas acompanhei a fala do deputado Manoel Mota e não posso deixar de fazer um contraponto dizendo que talvez o vice-presidente, Michel Temer, presidente nacional do partido de v.exa., pudesse ajudar um pouco mais nesses grandes gargalos, conversando com a Funai, com o Ibama, que são órgãos que têm autonomia. É importante lembrar como é a Fatma aqui em Santa Catarina. Temos muitos problemas com esses órgãos. Eu, por exemplo, tenho uma crise violenta com a Funai, com a forma que ela atua, mas há um direito constitucional, dado em 88. Então, temos que mudar a constituição. Essa é a primeira coerência.

A segunda coerência, deputado Manoel Mota, seria dizer ao povo catarinense que está nos acompanhando que a ANTT - Agencia Nacional de Transportes Terrestres - foi criada por Fernando Henrique Cardoso, quando ele privatizou vários setores da economia brasileira, da energia, da telefonia, das rodovias. Então ele criou a ANTT

para regular isso e deu autonomia. Então, se a ANTT fez contrato podre, permitindo cobrar pedágio em Palhoça, onde não tinha nem rodovia, foi culpa do ex-presidente Fernando Henrique que criou esse órgão. V.Exa. também falou muito da sua região, eu não sou do sul, mas ando muito por lá, e fiquei envergonhado quando passei na nossa linda Serra do Rio do Rastro. Eu tirei várias fotos da situação da nossa linda Serra do Rio do Rastro e pode-se ver que o mato tomou conta. Nesta semana conversei com várias lideranças sobre a linda Serra Dona Francisca que está cheia de mato, nem as placas aparecem mais.

Então, deputado Manoel Mota, é importante ter a coerência de olhar para o seu governo. As obras federais que nós defendemos também devem ser defendidas pelo vice-presidente, que é do partido do PMDB. E no nosso estado, onde o vice-governador é do PMDB, temos que ter essa coerência de olhar para a nossa Ponte Hercílio Luz. Que vergonha! Já foi gasto a metade do que está se gastando na ponte de Laguna, houve 90% de acréscimo na obra do que era o custo inicial previsto pela empresa Espaço Aberto, que inclusive esta semana abandonou oficialmente a Rodovia-403 no norte deixando a população a ver navios. A situação do sul da ilha que vai para o aeroporto ainda é pior, colocaram uma placa que era para assentar as pedras, mas ainda não está nem pronto, falta um trajeto.

Então, deputado Manoel Mota, só estou pedindo para mantermos coerência no processo, pois as obras federais estão com problemas, mas estão andando, o que precisamos é ver essas questões no nosso estado. Deputado Valdir Cobalchini, que foi secretário da Infraestrutura, certamente tem muita informação sobre isso.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - O que falta é a informação. A licença ambiental não permite que seja retomada a obra antes de maio. Foi exatamente assim a licença ambiental do acesso ao aeroporto. É um absurdo! No início, constava na

licença ambiental a necessidade de supressão da vegetação de forma manual, com foice, com machado voltando aos tempos primitivos. Foi assim a licença. Não há o que fazer. Assim é a legislação federal.

Então, vou trazer as informações no espaço que me cabe na tribuna para falar sobre isso. Aliás, eu protocolei um projeto de lei sobre a flexibilização da licença ambiental, pois é um absurdo o que acontece que essas obras demoram anos por falta de licença. É assim na BR-470. É preciso a flexibilização da legislação ambiental para o licenciamento de obras.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu também acho que temos que ter uma coerência, pois é sabido que temos uma legislação ambiental que precisa ser respeitada. Não podemos fazer nada, a não ser respeitar a autonomia que os parlamentares deram na Constituição e 88, tanto para a Funai como para as questões ambientais. Temos que respeitar, mas na minha avaliação há muitos exageros e temos que ter prazo, porque, senão, ficamos nas mãos de um grupo de burocratas que não deixam as coisas correrem.

Quero terminar parabenizando todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores brasileiros e catarinenses, pois amanhã, no dia 1º de maio, será um dia de luta, de mobilização, por outro lado também se faz muita comemoração, festa, eventos, no sentido de comemorar todas as conquistas que os trabalhadores tiveram neste país e no mundo.

No Brasil não temos dúvidas de que os trabalhadores brasileiros podem comemorar, especialmente a partir do governo do presidente Lula, um metalúrgico que sentiu na pele o que sente um trabalhador assalariado e mudou radicalmente a lógica da valorização do salário. Não sei se lembram, mas é bom relembrar que em 2002 o salário no Brasil era R\$ 200,00, em torno de US\$ 70, e hoje vai chegar a mais de R\$ 800,00, mais de US\$ 300.

Com a valorização do salário, porque antes se dizia que não se podia aumentar o salário porque

quebraria a Previdência, as empresas, e comprovamos justamente o contrário. Foi melhorando o poder aquisitivo do povo brasileiro que justamente conseguimos justamente fazer o crescimento econômico do país, com distribuição de renda. Essa é a grande diferença. Não adianta apenas crescer, porque um país pode crescer piorando a vida do seu povo, e estamos crescendo melhorando a vida do povo.

O segundo grande elemento foi que tiramos 36 milhões de brasileiros da miséria e geramos 20 milhões de empregos. Isso é muito mais do que acontece em vários países no mundo. Essa é a nova lógica que os brasileiros podem comemorar no dia 1º de Maio. Temos grandes desafios pela frente ainda. Agora, temos o menor índice de desemprego no país. Enquanto vários países, inclusive da Europa, amargam o desemprego de mais de 20% da população, o índice de desemprego nacional está em menos de 5%, um dos menores da história brasileira. E o que mais importa para um pai, uma mãe de família é ter o seu trabalho para no final do mês poder pagar suas contas, comprar comida.

Então, 1º de Maio, Dia do Trabalho, é um dia de luta, de continuar a mobilização por mais distribuição de renda, pois no país ainda existem muitas pessoas que precisam melhorar sua condição de vida, mas também é um dia de comemoração da linda história que os trabalhadores brasileiros construíram, sempre conquistando melhor qualidade de vida.

Parabéns a todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país em nome do PT.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero cumprimentar primeiramente a vereadora Anair Saccon Bordignon, seu esposo Luiz,

o vice-prefeito Eudir Marcelo e seu assessor, o engenheiro agrônomo Eder Dal Toé, do município de Morro Grande, importante cidade do Vale do Araranguá.

Vereador Vilmar Daminelli, de Sombrio, que se encontra nesta casa, tratando de assuntos relativos ao interesse da nossa cidade.

Quero cumprimentar todos que nos assistem e falar sobre o Projeto de Lei Complementar n. 003/2014, que institui o Estatuto Estadual das Micro e Pequenas Empresas e dos Microempreendedores Individuais.

Santa Catarina é um estado eminentemente empreendedor. Faz parte do DNA da nossa gente o empreendedorismo. Já foi falado aqui da burocracia das licenças ambientais, mas também a burocracia tributária para se abrir um pequeno negócio que tem dificultado muito a vida dessas pessoas.

Por isso, hoje, queremos fazer o debate do novo estatuto que está sendo trabalhado nesta casa para o microempreendedor e à microempresa. É importante dizer que esse projeto prevê um tratamento diferenciado no recolhimento dos tributos, dos impostos, nas compras governamentais com preferência para as microempresas. Não é justo que em um estado formado por microempresas não tenha uma lei diferenciada nas compras governamentais às microempresas.

O estatuto prevê isso, bem como a desburocratização e a facilitação no acesso às linhas de crédito, a fim de que o espírito empreendedor da nossa gente possa vigorar com mais força, e também estímulo ao empreendedorismo na inovação e na exportação. A intenção é facilitar a rotina, o dia a dia das pequenas empresas e dos microempreendedores catarinenses.

O estatuto aborda também projetos com o objetivo de melhorar a educação empreendedora aos estudantes catarinenses, e também o treinamento do nosso estudante já na faculdade, nos cursos tecnológicos para que ele possa empreender no seu dia a dia. E trata também do fechamento das empresas num tempo mais rápido que o atual,

diminuindo com isso a burocracia dos registros e as alterações empresariais, reduzindo custos.

Atualmente as pequenas e microempresas enfrentam essa grande burocracia. É difícil abrir uma empresa, mas também é difícil fechar. Vejam que hoje, em média, para abrir uma empresa leva-se 100 dias. Com essa lei que discutimos aqui queremos reduzir para cinco dias, facilitando a vida das pessoas. Essas mudanças irão incentivar e preparar melhor os empreendedores, a fim de que as empresas durem mais tempo. Um grande número de pequenos negócios fecha no primeiro ano por falta de preparo na gestão.

Teremos a simplificação de registro. Os requisitos para a segurança sanitária, o controle ambiental, a prevenção contra incêndios são muito rigorosos, considerando-se que a maioria dessas empresas é de atividade de baixo risco, são empresas de fundo de quintal.

O atendimento e o tratamento dispensado às pessoas jurídicas pelo projeto aqui abrangido permitem ao estado efetivo cumprimento das disposições do art. 179, da Constituição Federal. Já está previsto. Santa Catarina vai apenas adequar aquilo que já está na Constituição. Isso está sendo debatido aqui.

O projeto é de grande relevância para todos nós. É necessária a sua implantação, pois vai fortalecer as microempresas catarinenses. Está sendo aguardado há muito tempo. Todos os deputados receberam entidades, federações pedindo a celeridade no processo. São mais de 40 mil empresas em Santa Catarina que terão um tratamento diferenciado e simplificado. Neste quesito, este estado é o mais descentralizado do país já que 92% dos empregos são gerados por esses segmentos e são de cidades de médio a pequeno porte de Santa Catarina. O estatuto preza pelo equilíbrio das regiões de Santa Catarina, porque à medida que fortalecemos as empresas das pequenas cidades nós evitamos o inchaço das grandes cidades, e também pela aprovação do projeto e consolidação da busca de uma nova economia catarinense, porque é isso que nós estamos buscando para a próxima década: a

consolidação do nosso modelo, a melhoria da eficiência do modelo empreendedor de Santa Catarina, a melhoria da produtividade para poder sustentar o emprego e a nossa economia de maneira mais célere possível para que possamos aprovar o estatuto, dando aos empresários e às instituições condições de gerir os seus negócios com menos burocracia e com mais facilidade.

Quero, deputado Kennedy Nunes, em nome da comissão da Economia, colocar-nos à disposição para, com a maior brevidade possível, discutirmos esse projeto e emprestar em nome do Partido Progressista a nossa homenagem no 1º de Maio a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras catarinenses que são responsáveis pelo sucesso da nossa economia...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu gostaria apenas de assinalar e anotar com muita satisfação a presença, nesta Casa, do nosso amigo, pastor Rivelino, da igreja Batista de Blumenau, que ajuda a coordenar o gabinete da deputada Ana Paula Lima, que traz uma comitiva do Lar dos Idosos de São João Batista. Também quero registrar a presença do vereador Macarena, presidente da Câmara de Vereadores de Bocaina do Sul, com quem estivemos no último domingo, na Mostra do Campo, belíssima festa na cidade. Quero registrar, também, a presença do vereador Tuti, da Câmara de Vereadores de Timbó, e a presença do nosso vereador de Laguna, também representando o sul do estado de Santa Catarina.

Quero, sr. presidente, nos minutos que me restam, pois não vou ocupar todo o horário do partido, já fiz ontem o discurso com relação ao

Dia do Trabalho, mas, mais uma vez, em nome do nosso partido, o PSD, deixar a nossa homenagem ao trabalhador catarinense que forja a toda essa riqueza, desde o campo, às indústrias e ao comércio.

A frase do Aristóteles que eu repito, nesta manhã, acho que serve muito bem para nossa reflexão: "Felicidade é ter saúde para ter o que fazer, afinal de contas, a ociosidade é a mãe de todos os vícios."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Findo
horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.
0016/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam
como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.
0027/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam
como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0210, de autoria Valdir Cobalchini.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0375, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0376, de autoria Manoel Mota; 0377, 0378, 0379, 0380, 0381, 0382, 0383, de autoria do deputado Nilson Gonçalves e 0384, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência submete à apreciação do Plenário o Requerimento n. 0326, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que solicita a suspensão das sessões plenárias nos dias 15 e 22 de maio e 2

e 3 de junho, para realização de Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Somente para esclarecer, presidente. Fica então anulada a sessão em plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Na verdade são dias 15 e 22 de maio, à tarde, não teria prejuízo aos trabalhos no plenário, dia dois de junho, segunda-feira, e três de junho que seria prejudicada a sessão aqui no plenário.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Mas nesses casos também não haveria sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não haverá sessão, porque o nosso Regimento Interno não permite a realização de sessão plenária enquanto houver sessão do Orçamento Regionalizado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu pediria à assessoria da comissão do Orçamento para que pudesse oficializar esse calendário para que possamos ter controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Todos os deputados já receberam o requerimento que está na Ordem do Dia e também vai ser reforçado aos gabinetes, sendo aprovado esse requerimento.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu queria fazer um esclarecimento em nome da nossa bancada. Este deputado e a deputada Luciane Carminatti, participamos de um amplo debate, durante três reuniões, na comissão de Finanças, sobre esse tema.

Inicialmente, tinha uma ideia, uma proposta de fazer nas 36 secretarias regionais o que foi feito no ano passado. Entendemos que este é um ano especial, pois temos Copa do Mundo e eleições, então, fizemos um esforço e conseguimos encaminhar uma proposta de suspensão somente por uma semana. Depois vamos fazer audiências em oito regionais, na quinta-feira e na segunda-feira. Então, fizemos um grande esforço coletivo para chegarmos a uma condição de suspender o menor número de sessões possíveis.

O presidente da comissão, deputado Gilmar Knaesel, conduziu democraticamente esse debate e essa foi a melhor situação que conseguimos chegar para não termos tantas suspensões, como já ocorreram em outros momentos.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas para deixarmos claro, porque v.exa. explicou, mas ficou uma dúvida. Se haverá ou não a suspensão da sessão pelo requerimento nos dias 15 e 22 de maio, que são duas quintas-feiras, depois dia 2 e 3, no caso do dia 2 não tem sessão, assim, seriam dias 15 e 22 de maio e 3 de junho?

Sr. presidente, para mim estava relativamente claro, o que confundiu foi a intervenção havida ali no meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Nos dias 15 e 22 as sessões serão à noite e, até pelo fato de os srs. deputados conseguirem chegar às regiões, as sessões serão canceladas. O dia 2 de junho será uma segunda-feira, portanto, não haverá prejuízo, e no dia 3, fica suspensa.

Então, na verdade, ficam suspensas as sessões nos dias 15 e 22 de maio, dia 3 de junho, pela manhã e à tarde. Na verdade, com esse requerimento estamos suspendendo quatro sessões.

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado o requerimento.

Solicito à assessoria que passe para os gabinetes essa suspensão.

Senhores, sobre a mesa requerimento do deputado Antônio Aguiar, coassinado por todos os líderes de partido, solicitando a suspensão da sessão e a concessão da palavra, por até dez minutos, à secretária adjunta da Educação de Santa Catarina, sra. Elza Marina da Silva Moretto, fazer uso da palavra acerca da Conferência Nacional da Educação e entrega do documento sistematizado da etapa estadual 2013 aos srs. deputados.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Srs. deputados, apenas quero dizer que houve um erro de grafia no requerimento feito pela comissão de Finanças e Tributação, n. 326/2014.

Gostaria de pedir vênias aos srs. deputados para que esta Presidência possa, de forma verbal, fazer a correção levantada pelo deputado Dirceu Dresch. É que na verdade o requerimento para a suspensão das sessões refere-se ao dia 3 e não 2, segunda-feira, quando não temos sessão plenária. Então, ficam suspensas as sessões nos dias 3 e 4.

Então, verbalmente, faço a correção pedida pelo deputado Dirceu Dresch e fica aprovado a suspensão das sessões nos dias 15 e 22 de maio e 3 e 4 de junho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado de forma verbal a correção do requerimento.

E quero agradecer ao deputado Dirceu Dresch que, como membro da comissão de Finanças e Tributação fez essa correção.

Também quero agradecer a presença de todos os professores que fizeram parte do fórum e que acompanharam a professora Elza. Parabéns pelo trabalho!

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente quero agradecer essa oportunidade e fiz, hoje, o meu pronunciamento em nome do partido e uso a palavra, neste momento, para falar sobre alguns assuntos de grande interesse da sociedade catarinense em relação à habitação e educação.

Mas, quero cumprimentar e parabenizar o prefeito de Timbó Grande, sr. Almir Fernandes, pelo trabalho que vem fazendo. E quando temos uma cidade cheia de máquinas nas ruas, equipamentos para melhorar a condição de vida da comunidade e região, mesmo com muitas dificuldades e pobreza, com uma produção de pinus muito forte, sendo que nos dias de chuva os caminhões acabam com as estradas e, por isso, o município precisa de uma estrutura, senão as famílias nem conseguem sair de casa, as crianças não conseguem ir às escolas, e as pessoas não podem nem levar um doente para o hospital.

Assim, cumprimento mais uma vez o prefeito Almir, que está fazendo um esforço extraordinário com a sua equipe para atender, da melhor forma possível, aquele município para crescer, desenvolver-se e melhorar a vida de seu povo.

Da mesma forma, quero referendar o aniversário do município de Matos Costas, como tantos outros municípios que fizeram aniversário neste final de semana.

Mas, quero, sr. presidente, trazer aqui presente um tema relacionado à habitação rural. Ontem foi um dia em que os agricultores e entidades mobilizaram-se no Brasil todo para tratar desse tema.

Crescemos muito no Brasil e criou-se uma expectativa. O governo brasileiro, em 2002, aplicou R\$ 5 milhões em habitação popular, através da Caixa Econômica Federal, no ano passado, 2013,

terminamos com R\$ 135 bilhões aplicados em habitação popular. Tivemos um crescimento extraordinário de investimentos. Mas a sociedade cria uma expectativa, antes, por exemplo, os agricultores não tinham casa no interior. Os filhos casavam-se e iam para a cidade, porque lá tinha como financiar uma casa popular. E a partir de 2004, 2005, começamos ter a demanda de casas no meio rural. Foram construídas muitas coisas nestes últimos anos. Apenas aqui em Santa Catarina, apenas na Cooperativa de Habitação na Agricultura Familiar, vinculada à Fetraf, temos quase 20 mil casas novas ou reformadas em menos de dez anos. Só que a partir disso se cria toda uma demanda também.

Então, temos hoje uma demanda bastante grande. Estima-se que temos em torno de 150 mil casas demandadas, cujos projetos estão prontos para ir à Caixa Econômica Federal, e outros; já estão na CEF, apenas na agricultura familiar. Tudo isso articulado pela Fetraf/Brasil. Além das outras organizações que atuam nesta área.

Segundo dados da Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar, que coordenou ontem a mobilização em Chapecó, há 1700 projetos de casas prontos, apenas no oeste, na Caixa Econômica Federal para serem liberados.

Então, hoje, à tarde, acontecerá uma audiência importante em Brasília, com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e com o ministro das Relações Institucionais, Ricardo Berzoini, para discutir a liberação desses recursos para a habitação rural.

As pessoas têm direito a terem uma casa digna para morarem com suas famílias. E no lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, no PAC III, foram anunciadas mais de dois milhões de casas e já terminamos mais de três milhões de casas nos últimos anos.

Então, há a expectativa, de fato, de que esta audiência, que se realizará hoje, à tarde, tenha êxito, até porque, os dados apresentados pelos estados afora deram conta de que tínhamos ontem nas estradas, participando das mobilizações, em

Santa Catarina, Chapecó e Criciúma, além de outros estados, mais de dez mil pessoas. Queremos parabenizar, acima de tudo, as organizações, em especial a nossa Fetraf/Sul, a Cooperhaf, pelo trabalho que vem fazendo por milhares de pessoas, melhorando a vida com a habitação rural.

Nessa audiência, no dia de hoje, em Brasília, há uma grande expectativa para que consigamos encaminhar soluções e para que o governo consiga colocar os recursos à disposição para milhares e milhares de pessoas, neste caso, em torno de 150 mil famílias no meio rural brasileiro que estão com seus projetos prontos para dar entrada na Caixa Econômica Federal.

Então, esse é um destaque que quero fazer aqui da luta nossa também do empenho. Apresentamos aqui um requerimento, inclusive para os ministros reforçando também o pedido desta Casa, desta Assembleia Legislativa para requerer, junto ao governo federal, a liberação dos recursos. E aqui também não deixo de cobrar do estado, que tem compromisso, e até agora não foi concretizado na habitação rural do estado de Santa Catarina, nas diversas organizações.

E por último, quero trazer aqui o debate sobre o ensino superior em nosso estado.

Estivemos nesta semana, juntamente com os deputados Pedro Uczai, Neodi Saretta e Padre Pedro Baldissera, que estiveram presente na audiência pública em Caçador, no planalto norte, discutindo a ampliação da Educação Superior de nosso estado.

Temos tido passos significativos, a exemplo do Instituto Federal, pois hoje todos os municípios polo, médios e pequenos estão recendo cursos para esse fim. Também temos a ampliação da universidade, tanto a UFSC, que já foi para sul, está indo para o norte, para a região serrana, quanto a nossa Universidade Federal Fronteira Sul que está caminhando, colocando um pé lá no extremo oeste, além de Chapecó em São Miguel d' Oeste, Concórdia, e agora com uma luta para ampliar na região de Caçador e a região do planalto norte.

Então, são temas importantes e a expectativa é de que consigamos, passo a passo, dar oportunidade

concreta aos jovens da nossa população de Santa Catarina, brasileira, que tem direito a ter acesso ao ensino superior público gratuito e de qualidade.

Então é isso que eu queria falar neste horário de Explicação Pessoal e trazer presente o nosso grande empenho, a nossa grande luta, porque muitas vezes a sociedade nos questiona, sr. presidente, sobre o nosso papel como Parlamentar, sobre o nosso trabalho, deputada Ana Paula Lima, o nosso dia a dia quando estamos fora da Assembleia Legislativa.

Mas, quando estamos fora da Casa, estamos visitando os municípios, trazendo demandas, levando os encaminhamentos às regiões, como fizemos neste final de semana, quinta-feira, à tarde, no domingo, e na segunda-feira, em que ficamos direto nos municípios rodando, contribuindo, debatendo questões ligadas à educação, à habitação; também comemorar os aniversários dos municípios e trazer demandas para fazermos os projetos e representarmos, da melhor forma democrática possível, os nossos municípios, as nossas regiões do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Taxista Voltolini, por até dez minutos.

Deputado, eu e o deputado Padre Pedro Baldissera queremos ouvi-lo e dizer que temos um carinho, muito grande, por v.exa.

Aliás, toda Casa, tem um carinho, muito grande, por v.exa.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Bom-dia, sr. presidente, sras. e srs. deputados.

Um bom-dia, aos que nos acompanham pela TV.

Venho fazer uma saudação especial aos trabalhadores do nosso estado. Às vésperas do Dia do Trabalho, gostaria de parabenizar os responsáveis pela grandeza do nosso dia, mandando uma mensagem de alegria aos trabalhadores do comércio, da indústria e aos funcionários públicos, aos prestadores de serviços, aos nossos

agricultores, que tanto se empenham para produzir o nosso alimento.

Mando um abraço especial à minha categoria de taxistas de toda Santa Catarina.

Em todos os anos, no Dia 1º de Maio, temos uma grande oportunidade de lembrarmos as conquistas, os nossos direitos como trabalhadores. É a mudança de condições que faz este dia tão importante.

O nosso povo catarinense tem a marca do trabalho como característica.

Deixo aqui o meu abraço a todos os trabalhadores do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Taxista Voltolini.

Parabéns por sua declaração em homenagem aos trabalhadores.

Com a palavra o nosso vice-presidente desta Casa, Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Bom-dia, presidente deputado Kennedy Nunes, srs. deputados e sras. deputadas, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Eu gostaria de aproveitar este horário da Explicação Pessoal para trazer presente um pouco daquilo que tem acontecido, que está acontecendo, melhor dizendo, no contexto nacional, no que diz respeito à educação superior, de maneira especial, e diante das inúmeras ações que vem sendo desenvolvidas pelo interior do nosso país, através das multiplicações das Universidades Federais, nos diferentes estados. Além disso, a expansão dos Institutos Federais, em que se busca, com maior ênfase, a profissionalização de diferentes setores da nossa sociedade, o que vem acontecendo no dia a dia da nossa caminhada.

Nós tínhamos 113 mil vagas ou de ingresso de estudantes até o ano 2004, hoje, basicamente, triplicamos esses números chegando a 300 mil. Foi um avanço significativo no que diz respeito ao ingresso de estudantes no ensino público superior.

O Brasil tinha 43 Universidades Federais até o final do ano 2001 e foram criadas 15 novas universidades públicas nesses últimos 12 anos. Temos 134 novos *campi* alastrados pelos diferentes estados e cidades brasileiras, todas elas no interior do nosso país. Foram mais de um milhão de bolsas de estudos concedidas de forma integral ou mesmo de forma parcial em universidades privadas, destinadas para jovens com renda *per capita* familiar de até três salários mínimos, através do ProUni, além do financiamento da própria educação que tem duplicado o número de buscas, através de estudantes, com juros menores, possibilitando, dessa forma, a oportunidade de muitos jovens terem acesso à educação.

É claro que em Santa Catarina vivemos uma realidade também extremamente promissora, estratégica e importante com a vinda da Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede na cidade de Chapecó, e, ao mesmo tempo, com *campi* igualmente nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, perfazendo um total de cinco unidades de atendimento aos estudantes.

Estamos num processo comprometedor no sentido de avanço da Universidade Federal da Fronteira Sul em outras regiões do estado de Santa Catarina. É um processo bem avançado também nas cidades de Concórdia e São Miguel d'Oeste, no extremo oeste do nosso estado.

Além dessas duas regiões estamos construindo grandes debates na cidade de Caçador e região, e na região de Canoinhas, onde através de uma iniciativa das Câmaras de Vereadores desses municípios, também da Câmara Federal, representada pelo deputado federal Pedro Uczai, tem ocorrido essas discussões e encaminhamento, também junto ao magnífico reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul, dr. Jaime, estão ocorrendo audiências públicas com a participação extraordinária de lideranças políticas, como prefeitos, vice-prefeitos, vereadores das cidades, e de lideranças de vários segmentos da sociedade, manifestando o interesse e desejo de verem e terem uma universidade mais próxima e atendendo às

demandas. É claro que não se quer a universidade como um empecilho, mas como instrumento de desenvolvimento regional e ao mesmo tempo como uma oportunidade de participação dos estudantes dessas regiões num processo de pesquisa, que é fundamental para que haja o desenvolvimento nessas regiões.

Eu tenho acompanhado essas audiências e vemos com bons olhos a articulação e a organização dessas diferentes regiões no sentido de avançar na expansão e implantação.

Eu lembro que na região de Caçador o poder público, o estado, independentemente da esfera, tem uma dívida histórica com essa região, principalmente na cidade de Canoinhas, no Contestado, pela realidade enfrentada e vivida por essas populações.

Mas gostaria de aproveitar este último minuto, deputado Kennedy Nunes, para fazer um reconhecimento e parabenizar os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, especialmente de todo o estado de Santa Catarina, pelo dia de amanhã, mesmo sabendo que não temos muito que comemorar, que celebrar, mas é um momento de reconhecimento por aquilo que vivem, por aquilo que fazem, pelo que realizam no dia a dia, na caminhada da sua árdua atividade e pelos serviços que prestam à nação brasileira e catarinense.

Então, quero deixar este registro e parabenizar todos pela passagem do Dia do Trabalho.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.